

ALL Malha Sul S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ALL América Latina Logística Malha Sul S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ALL América Latina Logística Malha Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALL América Latina Logística Malha Sul S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não



expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável de ativos classificados no imobilizado (Nota explicativa 9)

A Companhia possui investimentos significativos em ativos classificados no imobilizado necessários para condução de suas operações. Em decorrência dos prejuízos apurados nos últimos anos, passivo a descoberto, retração econômica, o aumento da taxa básica de juros, aliado à geração de resultados abaixo do projetado, existe um risco de não recuperação do valor total desses ativos. Com a identificação desses indicadores, a Companhia considerou o valor em uso para o cálculo do valor recuperável desses ativos, ou seja, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados que devem advir dos ativos ou unidades geradoras de caixa.

A avaliação do valor recuperável da unidade geradora de caixa da Companhia envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto, e pode resultar em impactos relevantes no ativo imobilizado com vida útil definida. Por essas razões, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos da Companhia possam ter sofrido desvalorização e para determinar sua unidade geradora de caixa, bem como avaliamos os controles internos chave relativos a identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas chave utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros, incluindo: (i) taxa de desconto; (ii) expectativas de produção do mercado brasileiro de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, para exportação; (iii) expectativa em relação aos preços futuros de fretes rodoviários; (iv) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária; e (v) outras condições macro econômicas. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados com o valor contábil da unidade geradora de caixa e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Avaliação sobre a utilização do pressuposto de continuidade operacional (Nota explicativa no 1)

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o pressuposto da continuidade operacional. A nota explicativa no 1 detalha como a Companhia concluiu que há uma expectativa razoável quanto a sua continuidade operacional para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto. A Companhia possui capital circulante negativo, passivo a descoberto, geração de caixa de atividades operacionais negativa e apurou prejuízos nos últimos anos. Por outro lado, a Companhia efetuou investimentos em modernização de sua frota e melhoria da malha ferroviária em linha com o seu plano de negócios. A gestão de caixa da Companhia é feita de forma



centralizada e numa visão consolidada na controladora Rumo S.A., sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador quando necessário. A avaliação sobre a utilização do pressuposto de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia envolve exercer julgamento sobre resultados futuros inerentemente incertos, e portanto, existe um risco que o julgamento não tenha sido apropriado e que exista eventual incerteza material, cenário que exigiria divulgações adicionais nas demonstrações financeiras. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos e discutimos com a Companhia sobre a existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia pelo menos nos próximos doze meses. Obtivemos e analisamos a avaliação da Companhia sobre a adequada aplicação do pressuposto de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras, incluindo a previsão de fluxo de caixa para, ao menos, os próximos doze meses a partir da data das demonstrações financeiras, cuja gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na controladora Rumo S.A.. Avaliamos o cumprimento das cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de empréstimos, que poderiam resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras. Conforme descrito no assunto “Avaliação do valor recuperável de ativos classificados no imobilizado” acima, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas para as projeções de lucros operacionais e fluxos de caixa futuros preparadas pela Companhia e considerando resultados realizados, dados externos e condições do mercado. Confirmamos a existência de um compromisso do controlador em suprir eventuais necessidades de caixa da Companhia, quando necessário. Consideramos se o julgamento da Companhia sobre a inexistência de incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional é razoável com base nas premissas avaliadas acima. Finalmente, avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras quanto ao uso do pressuposto da continuidade operacional em sua preparação.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico acima referido e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-PR

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Alberto Dias Panceri', written over a faint grid background.

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

ALL MALHA SUL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a ALL Malha Sul – América Latina Logística Malha Sul S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T16	4T15	Var. %	12M16	12M15	Var. %
Receita Líquida	234,0	238,2	-1,7%	1.048,1	1.058,6	-1,0%
Custo dos Serviços Prestados	(331,5)	(311,4)	6,4%	(1.205,2)	(1.120,1)	7,6%
Lucro Bruto	(97,5)	(73,2)	33,1%	(157,1)	(61,6)	155,2%
Margem Bruta (%)	-42%	-31%	35,4%	-15%	-6%	157,7%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(37,2)	(33,7)	10,5%	(147,6)	(147,6)	0,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(12,0)	(4,2)	185,2%	(25,6)	(114,1)	-77,5%
Depreciação e Amortização	145,4	93,1	56,2%	393,4	295,3	33,2%
EBITDA	(1,3)	(18,1)	-92,6%	63,0	(27,9)	-325,7%
Margem EBITDA (%)	-0,6%	-7,6%	-92,4%	6,0%	-2,6%	-328,0%
Resultado Financeiro Líquido	(85,6)	(74,1)	15,5%	(325,9)	(232,7)	40,1%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	0,0%	0,2	-	0,0%
Prejuízo	(232,3)	(185,3)	25,4%	(656,1)	(555,9)	18,0%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida atingiu R\$234,0milhões, redução de 1,7% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da quebra na segunda safra de milho, e consequente redução na demanda por transporte, compensada parcialmente pelo maior volume no transporte de açúcar. O EBITDA foi de R\$ -1,3 milhões, redução de 99,8% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da queda na demanda. A Companhia apresentou prejuízo de R\$232,3 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2016, comparado a um prejuízo de R\$185,3 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida atingiu R\$1.048,1milhões, redução de 1,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, impactado pela redução na demanda por transporte de grãos, compensada parcialmente pelo maior volume no transporte de açúcar. O EBITDA foi de R\$63,0 milhões, aumento de 325,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$656,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado a um prejuízo de R\$ 555,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	188	201
Títulos e valores mobiliários	4	66.361	27.380
Contas a receber de clientes	5	125.277	192.530
Estoques	6	169.705	119.708
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.911	1.991
Outros tributos a recuperar	7	32.021	25.998
Outros ativos		21.306	68.492
		416.769	436.300
Não circulante			
Caixa restrito	4	38.753	30.447
Recebíveis de partes relacionadas	8	-	10.572
Outros tributos a recuperar	7	190.958	182.606
Depósitos judiciais	13	45.810	50.454
Outros ativos		52.305	54.009
Imobilizado	9	2.400.457	2.089.980
Intangíveis		10.172	4.286
		2.738.455	2.422.354
Total do ativo		3.155.224	2.858.654

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	312.215	278.359
Arrendamento mercantil	14	19.244	53.271
Fornecedores	12	177.299	211.008
Ordenados e salários a pagar		50.300	32.898
Outros tributos a pagar		12.215	11.654
Arrendamentos e concessões	15	24.379	20.205
Adiantamentos de clientes		102.319	75.998
Receitas diferidas		3.207	3.207
Outros passivos financeiros	22.b	64.996	86.892
Outras contas a pagar		28.688	72.702
		794.862	846.194
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	1.029.469	930.322
Arrendamento mercantil	14	20.514	75.306
Outros tributos a pagar		11.188	12.875
Provisão para demandas judiciais	13	244.557	223.797
Arrendamentos e concessões	15	49.328	45.701
Pagáveis a partes relacionadas	8	1.198.758	457.563
Receitas diferidas		9.409	10.749
Outras contas a pagar		53.219	48.431
		2.616.442	1.804.744
Total do passivo		3.411.304	2.650.938
Patrimônio líquido			
Capital social	16	2.502.181	1.725.127
Prejuízos acumulados		(2.950.834)	(2.294.693)
Ajuste de avaliação patrimonial		(879)	228
Adiantamento para futuro aumento de capital		193.452	777.054
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(256.080)	207.716
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		3.155.224	2.858.654

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita operacional líquida	18	1.048.077	1.058.555
Custo dos serviços prestados	19	<u>(1.205.192)</u>	<u>(1.120.124)</u>
(Prejuízo) lucro bruto		(157.115)	(61.569)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	19	(147.643)	(147.569)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	<u>(25.620)</u>	<u>(114.089)</u>
		(173.263)	(261.658)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		(330.378)	(323.227)
Despesas financeiras		(338.144)	(245.249)
Receitas financeiras		14.601	11.329
Variação cambial		(2.112)	1.224
Derivativos		<u>(267)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	20	(325.922)	(232.696)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(656.300)	(555.923)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>159</u>	<u>-</u>
		159	-
Resultado do exercício		(656.141)	(555.923)
Resultado básico e diluído por ação:			
Por ação ordinária	17	(0,000010)	(0,000211)
Por ação preferenciais (incluso remuneração adicional de 10%)	17	(0,000010)	(0,000211)

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO DOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais)

	Capital social	AFAC	Reserva de capital
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.615.127	528.000	17.566
Prejuízo do exercício	-	-	-
Aumento de capital	110.000	(110.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	359.054	-
Absorção de prejuízo por meio de reservas	-	-	(17.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.725.127	777.054	-
Prejuízo do exercício	-	-	-
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-
Perdas atuariais com planos de pensão	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	193.452	-
Aumento de capital por meio de integralização de AFAC	777.054	(777.054)	-
Total das transações com acionistas	777.054	(583.602)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.502.181	193.452	-

Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
228	(1.756.336)	404.585
-	(555.923)	(555.923)
-	-	-
-	-	359.054
-	17.566	-
228	(2.294.693)	207.716
-	(656.141)	(656.141)
(228)	-	(228)
(879)	-	(879)
(1.107)	(656.141)	(657.248)
-	-	193.452
-	-	-
-	-	193.452
(879)	(2.950.834)	(256.080)

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado operacional antes do IR e CS	(656.300)	(555.923)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	393.423	295.295
Provisão para participações nos resultados e bônus	10.656	-
Perda apurada nas baixas do ativo permanente	4.607	341
Provisão de demandas judiciais	27.623	122.452
Provisão (reversão) com créditos de liquidação duvidosa	(307)	23.010
Provisão de take or pay, indenizações e outros	(57.178)	7.680
Arrendamentos e concessões	91.125	89.594
Receitas diferidas	(1.340)	(8.099)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	289.213	207.190
Outros	8.473	77.702
	<u>109.995</u>	<u>259.242</u>
Redução (aumento) nas contas do ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	132.387	(87.469)
Adiantamentos de clientes	26.321	(2.454)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(5.657)	(13.149)
Impostos e contribuições sociais a recolher	(3.896)	3.619
Estoques	(46.388)	(73.480)
Ordenados e salários a pagar	(18.089)	(35.373)
Fornecedores	(77.157)	66.503
Outros passivos financeiros	(40.739)	(957)
Arrendamentos e concessões a pagar	(64.135)	(93.090)
Demandas judiciais	(28.893)	(7.731)
Outros ativos e passivos, líquidos	(45.562)	(64.446)
	<u>(171.808)</u>	<u>(308.027)</u>
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>(61.813)</u>	<u>(48.785)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(37.877)	11.074
Caixa restrito	(8.306)	1.350
Adições ao imobilizado e intangíveis	(674.364)	(440.193)
Partes relacionadas - Mútuo	11.506	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(709.041)</u>	<u>(427.769)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações	440.155	235.953
Amortização de principal	(372.337)	(464.289)
Amortização de juros	(132.225)	(101.383)

Adiantamento para futuro aumento de capital	193.452	359.054
Partes relacionadas - Mútuo	641.796	425.307
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	770.841	454.642
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(13)	(21.912)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	201	22.113
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	188	201
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(13)	(21.912)

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Período findo em	
	31/12/2016	31/12/2015
Receitas		
Vendas de serviços	1.183.710	1.189.934
Outras receitas	13.965	7.685
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.115	(23.010)
	1.200.790	1.174.609
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços vendidos	(414.639)	(491.245)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(158.287)	(128.055)
Perda de valores ativos	3.609	(13.264)
Outras	(40.039)	(131.281)
	(609.356)	(763.845)
Valor adicionado bruto	591.434	410.764
Depreciação, amortização e impairment	(393.423)	(295.295)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	198.011	115.469
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	14.074	9.140
	14.074	9.140
Valor adicionado total a distribuir	212.085	124.609
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	186.113	154.973
Benefícios	41.316	29.682
FGTS	11.703	9.269
	239.132	193.924
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	119.813	98.675
Estaduais	21.520	19.921
Municipais	1.565	313
	142.898	118.909
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	339.995	241.836
Aluguéis e arrendamento do contrato de concessão	146.201	125.863

	<u>486.196</u>	<u>367.699</u>
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	(656.141)	(555.923)
Valor adicionado total distribuído	<u><u>212.085</u></u>	<u><u>124.609</u></u>

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A. (“Companhia” ou “ALL Malha Sul”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba - PR, que opera no segmento de transporte ferroviário principalmente na região Sul do Brasil. A Companhia é uma controlada da Rumo S.A. (“Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerra em fevereiro de 2027, renovável por mais 30 anos.

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 378.093, prejuízo do exercício de R\$ 656.141, passivo a descoberto de R\$ 256.080 e geração de caixa das atividades operacionais negativa no valor de R\$ 61.813. Por outro lado, a Companhia efetuou investimentos em modernização de sua frota e melhoria da malha ferroviária no valor de R\$ 674.364 em linha com seu plano de negócio.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo.

Em 07 de abril de 2016 a controladora direta Rumo finalizou o processo de capitalização através de uma oferta pública de ações no montante de R\$2.600.000 com emissão de 1.040.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”) e da *Regulation* “S” para investidores estrangeiros.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2016 a administração da Rumo concluiu a estruturação do reperfilamento de parte das dívidas da Rumo e de suas controladas, incluindo a Companhia, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 no montante de R\$2.925.647, com alterações de determinados termos e condições, ou com a contratação de novos instrumentos de capital de giro. Como resultado da operação foram emitidas Debêntures Simples da ALL Malha Norte, não conversíveis em ações, com vencimento em 2023 e realizado aditamento contratual de determinadas dívidas que prorrogou os seus vencimentos para iniciarem a partir de 2019.

Em 10 de outubro de 2016, em resposta ao processo de Consulta Prévia relativa ao Plano de Investimento 2015-2018 feita ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Rumo recebeu, correspondência do Comitê de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais, informando do enquadramento dos projetos apresentados para análise de viabilidade de apoio financeiro em um valor total aproximado de R\$3,5 bilhões. O enquadramento é uma das etapas principais do processo de concessão de financiamento do BNDES. Os demais procedimentos regulamentares ainda deverão ser efetivados junto às áreas competentes do banco.

O aumento de capital na Rumo, aliado ao reperfilamento de dívidas acima mencionado, equacionou o risco de continuidade operacional da Rumo e de suas controladas dentro de um período previsível dos próximos doze meses. Os recursos de caixa são geridos de forma centralizada na Rumo que tem o compromisso de realizar eventuais aportes de capital na Companhia quando necessário.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.3 *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9 – Imobilizado**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota 9.

- **Nota 14 – Compromissos de arrendamento operacional**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

- **Nota 11 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• Nota 22 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• Nota 13 - Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- (b) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- (c) obrigações de benefícios definidos dos empregados são apresentados pelo valor presente da obrigação atuarial líquido do valor justo dos ativos do plano.

2.5 Instrumentos financeiros

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças. Que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda incluem CDBs e títulos do governo.

- **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem compromissadas de debêntures ativamente gerenciadas pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar, parcelamento de débitos – REFIS, limite de cheque especial bancário e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

- **Capital social**
- **Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12.

- **Ações preferenciais**

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido são reconhecidos como passivo.

- **Instrumentos financeiros derivativos, incluindo *hedge accounting***

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

- **Hedges de fluxo de caixa:**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é mantido em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que o item não financeiro afeta o resultado. Se a transação prevista já não está prevista para ocorrer, então o saldo no patrimônio líquido é reclassificado para lucros ou prejuízos.

2.6 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.7 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais médias anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

2.8 Intangíveis

- **Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Amortização**

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

- **Ativos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.11 *Benefícios a empregados*

(a) **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

(b) **Transações de pagamento baseado em ações**

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

(c) **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

O plano de previdência da Companhia mesmo sendo substancialmente de contribuição definida, possui um componente com característica variável, cujo risco está atrelado ao pagamento de benefício mínimo e ao acréscimo das contribuições futuras das patrocinadoras nos benefícios em ocasião de Pensão por Morte do contribuinte Ativo, bem como em Aposentadoria por Invalidez, limitado a três salários. Eventual passivo atuarial apurado é registrado pela Companhia.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.12 *Receita*

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida composta por adiantamentos recebidos de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

2.13 *Arrendamentos mercantis*

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

- a) **Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

- b) **Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.14 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

2.15 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- (i) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

2.16 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.17 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Arrendamento de locomotivas, vagões e outros ativos através de operação caracterizada contabilmente como leasing financeiro no montante de R\$5.745.

2.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (IAS 7 / CPC 26)

As alterações requerem divulgações adicionais que permita aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Alterações ao IAS 12 / CPC 32 – Tributos sobre lucro

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo IAS 8 – Receitas, IAS 11 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A IFRS 15 entra em vigor para os períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

- a) Receita de produtos: as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Dessa forma, não identificamos na Companhia, até o momento, ajustes materiais no reconhecimento dessa receita.
- b) Receita de serviços: Obrigações de desempenho separadas terão de ser identificados em conexão com a prestação de serviços de transporte.

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não será reapresentado.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, a Companhia poderá optar por aplicar a alteração esperada na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente. A Companhia não tomou qualquer decisão relativa a esta opção.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.
- A designação de determinados instrumentos patrimoniais não mantidos para renovação com valor justo nos outros resultados abrangentes.

IFRS 16 – Arrendamentos

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidade que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes, ou antes, da data de aplicação inicial da IFRS 16.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia iniciou uma avaliação do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado seria o reconhecimento de ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de material rodante e vias permanentes da Companhia. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- a) Abordagem retrospectiva; ou
- b) Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição aplicará.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reais		
Bancos conta movimento	<u>188</u>	<u>201</u>
	<u>188</u>	<u>201</u>

Conforme descrito na nota 1, a gestão de caixa da Companhia é centralizada na controladora Rumo. Consequentemente, variações nos saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito (veja nota 4) não são representadas exclusivamente pelas operações da Companhia, mas também por adiantamentos e outras operações financeiras com partes relacionadas (veja nota 8).

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	31/12/2015
Títulos do governo	<u>66.361</u>	<u>27.380</u>
	<u>66.361</u>	<u>27.380</u>
Caixa restrito	31/12/2016	31/12/2015
Fianças bancárias	<u>38.753</u>	<u>30.447</u>
	<u>38.753</u>	<u>30.447</u>

5 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Clientes terceiros	121.163	48.506
Clientes partes relacionadas (*)	28.319	168.536
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(24.205)</u>	<u>(24.512)</u>
	<u>125.277</u>	<u>192.530</u>

(*) Em 31 de Dezembro de 2016 o saldo a receber com partes relacionadas (substancialmente compreendidos com transações com a ALL - Malha Norte, ALL - Malha Paulista e ALL - Malha Oeste) tem por natureza aluguel de terminal e serviços de fretes ferroviários.

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	85.371	23.843
Vencidas		
Até 30 dias	12.455	16.315
De 31 a 60 dias	1.103	16.228
De 61 a 90 dias	1.784	11.597
Mais de 90 dias	<u>24.564</u>	<u>124.547</u>
	<u>125.277</u>	<u>192.530</u>

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	24.512	2.586
Adições	3.533	21.926
Reversões	<u>(3.840)</u>	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>24.205</u>	<u>24.512</u>

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos. Para clientes que possuem uma fatura vencida há mais de 90 dias, faturas vencidas há menos tempo ou ainda não vencidas também são consideradas para fins de provisão.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Estoques

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Peças e acessórios	156.020	107.462
Combustíveis e lubrificantes	3.820	4.692
Outros	9.865	7.554
	<u>169.705</u>	<u>119.708</u>

7 Outros tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos federais a compensar		
PIS/COFINS	104.797	106.421
ICMS (i)	33.471	46.590
ICMS CIAP (ii)	84.663	54.988
Outros	48	605
	<u>222.979</u>	<u>208.604</u>
Circulante	32.021	25.998
Não circulante	<u>190.958</u>	<u>182.606</u>
	<u>222.979</u>	<u>208.604</u>

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

8 Partes Relacionadas

	<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ALL Malha Norte	-	9.641	1.198.758	426.255
ALL Malha Oeste	-	44	-	19.734
ALL Malha Paulista	-	661	-	10.583
Outros	-	226	-	991
	-	<u>10.572</u>	<u>1.198.758</u>	<u>457.563</u>

Todas as transações com partes relacionadas demonstradas no quadro acima estão relacionadas a recursos financeiros para gestão de caixa centralizada realizada pela controladora direta Rumo. Os mútuos são remunerados à taxa de TJLP + 1,4% a.a..

Remuneração da Administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$4.900 (R\$3.606 em 31 de dezembro de 2015), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

9 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Vagões e locomotivas (i)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total
Valor de custo:						
Em 31 de dezembro de 2015	40.479	2.057.760	119.124	1.598.736	602.150	4.418.249
Adições	-	3.591	670.725	5.793	-	680.109
Baixas	-	(368)	(10.239)	(263)	(2.915)	(13.785)
Transferências	152.064	326.051	(534.555)	312.536	(221.441)	34.655
Em 31 de dezembro de 2016	192.543	2.387.034	245.055	1.916.802	377.794	5.119.228
Valor de depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2015	(17.827)	(1.147.256)	-	(817.058)	(346.128)	(2.328.269)
Adições	(2.440)	(258.595)	-	(98.982)	(32.357)	(392.374)
Baixas	-	106	-	84	156	346
Transferências	(111.745)	5.381	-	(18.287)	126.177	1.526
Em 31 de dezembro de 2016	(132.012)	(1.400.364)	-	(934.243)	(252.152)	(2.718.771)
Em 31 de dezembro de 2015	22.652	910.504	119.124	781.678	256.022	2.089.980
Em 31 de dezembro de 2016	60.531	986.670	245.055	982.559	125.642	2.400.457

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 identificamos indicadores de *impairment*, como os prejuízos apurados nos últimos anos, passivo a descoberto, retração econômica e o aumento da taxa básica de juros, aliado à geração de resultados e EBITDA abaixo do projetado, levando à realização de teste de *impairment*, apesar de a Companhia não ter sofrido mudança no uso dos ativos, não ter apresentado obsolescência ou dano físico aos seus ativos, nem ter apresentado declínio de desempenho dos ativos.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores. A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante o prazo da concessão. Nesse contexto, os fluxos de caixa descontados foram elaborados considerando a prorrogação da concessão, prevista contratualmente. A Administração já iniciou as tratativas com o poder concedente para a prorrogação do contrato de concessão da Companhia e considerou altamente provável a renovação a partir da promulgação da Medida Provisória 752. Se essa premissa for alterada no futuro em função de um risco maior de não renovação, o valor contábil pode vir a exceder seu valor recuperável nos próximos exercícios.

As principais premissas utilizadas foram (i) expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, ao volume de exportação, (ii) expectativa em relação aos preços de fretes ferroviários, (iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária, e (iv) condições macro econômicas.

Esse fluxo de caixa futuro foi descontado por uma taxa de 11% após impostos (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa. Uma variação de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto utilizada gera um impacto de aproximadamente 7% no valor recuperável. O dólar não tem impacto significativo nas projeções e, portanto a flutuação do câmbio não teria efeito significativo no valor recuperável.

O resultado dos testes de *impairment* não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 nenhum ativo teve seu valor reduzido por perda de valor recuperável. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2016	31/12/2015	Vencimento
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Bancos Comerciais	Pré-fixado (US\$)	6,33%	86.140	-	2021
Finem (BNDES)	URTJLP	9,04%	894.266	944.167	2022
Finame (BNDES)	Pré-fixado	6,00%	244.310	88.868	2024
	TJLP	11,40%	17	217	2017
			1.224.733	1.033.252	
Debentures					
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	14,80%	116.951	175.429	2018
			116.951	175.429	
Total			1.341.684	1.208.681	
Circulante			312.215	278.359	
Não circulante			1.029.469	930.322	

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras.

Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures são garantidos por avais da Companhia, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 2,7% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 937.142 (R\$880.534 em 31 de dezembro de 2015).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 14,06% e TJLP de 7,5%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2016	31/12/2015
13 a 24 meses	291.427	250.306
25 a 36 meses	239.018	218.981
37 a 48 meses	225.513	163.754
49 a 60 meses	153.125	149.204
61 a 72 meses	53.800	94.122
73 a 84 meses	33.293	31.660
85 a 96 meses	33.293	11.147
A partir de 97 meses	-	11.148
	1.029.469	930.322

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reais (R\$)	1.255.544	1.208.681
Dólar (US\$)	86.140	-
Total	<u>1.341.684</u>	<u>1.208.681</u>

BNDES

Correspondem a recursos captados pela Companhia destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINAME** – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Linha de crédito não utilizado

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$325.550 (R\$637.307 em 31 de dezembro de 2015).

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A controladora Rumo está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida abrangente consolidada (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Rumo.

O *ratio* pactuado é de até 4,5x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,1x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2016. O limite reduz anualmente até atingir 3,0x em 2021.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía empréstimos junto ao BNDES, sujeitos à cláusulas de “covenants”. Essas exigências foram substituídas por fianças bancárias.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

11 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(656.300)	(555.923)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	223.142	189.014
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(220.155)	(187.017)
Outros	(2.828)	(1.997)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	159	-
Taxa efetiva	0,02%	0,00%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Descrição	31/12/2016				31/12/2015
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	1.241.872	310.468	-	310.468	198.140
Base negativa de contribuição social	1.239.992	-	111.599	111.599	71.331
Diferenças temporárias:					
Outras provisões	126.980	31.745	11.428	43.173	-
Provisão <i>impairment</i>	489.905	122.476	44.091	166.567	164.813
Provisão para demandas judiciais	317.444	79.361	28.570	107.931	86.194
Provisão para não realização de impostos	18.714	4.678	1.684	6.362	5.858
Provisão para participação nos resultados	25.804	6.451	2.322	8.773	2.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	37.575	9.394	3.382	12.776	12.880
(-) Créditos não registrados	(3.922.740)	(670.687)	(241.278)	(911.965)	(677.938)
Outros	424.454	106.114	38.202	144.316	135.728
Total	-	-	-	-	-

12 Fornecedores

O saldo dos fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços e materiais ⁽ⁱ⁾	107.413	136.668
Combustíveis e lubrificantes ⁽ⁱⁱ⁾	32.067	19.095
Outros	37.819	55.245
Total	177.299	211.008

(i) Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar inclui partes relacionadas (substancialmente compreendidos com transações com a ALL – Malha Norte, ALL Malha Oeste e Rumo Logística) no total de R\$9.548 (R\$44.891 em 31 de dezembro de 2015).

(ii) Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar inclui partes relacionadas (substancialmente compreendidos com transações com a Raizen Combustíveis S.A) no total R\$31.834 (R\$16.485 em 31 de dezembro de 2015).

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

13 Provisão para demandas judiciais

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias	45.893	36.170
Cíveis, regulatórias e ambientais	79.785	61.672
Trabalhistas	118.879	125.955
	244.557	223.797

	Depósitos Judiciais	
	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias	8.486	10.022
Cíveis, regulatórias e ambientais	10.373	16.919
Trabalhistas	26.951	23.513
	45.810	50.454

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Tributária	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2015	36.170	61.672	125.955	223.797
Provisionados no exercício	2.883	8.269	22.905	34.057
Baixas por reversão / pagamento	(84)	(2.424)	(34.456)	(36.964)
Atualização monetária	6.924	12.268	4.475	23.667
Em 31 de dezembro de 2016	45.893	79.785	118.879	244.557

a) Tributárias

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

	31/12/2016	31/12/2015
ICMS Exportação	38.165	36.019
Outros	7.728	151
	45.893	36.170

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/12/2016	31/12/2015
Operações financeiras no exterior ⁽ⁱ⁾	986.179	911.942
ICMS - Exportação ⁽ⁱⁱ⁾	66.466	47.632
MP 470 parcelamento de débitos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	105.970	100.563
PIS e COFINS ^(iv)	-	50.265
IRPJ/CSLL ^(v)	45.234	-
Compensação com créditos prêmio de IPI ^(vi)	38.505	-
Outros	62.743	49.205
	1.305.097	1.159.607

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Operações financeiras no exterior: Autos de Infração lavrados para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativos aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes supostas infrações: (a) dedução indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior, (b) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo Governo da Áustria e pelo Governo da Espanha, (c) não inclusão, no Lucro Real e na Base de Cálculo da CSL, dos ganhos auferidos em operações de *swap*, e não tributação das receitas financeiras decorrentes de tais contratos pelo PIS e pela COFINS, (d) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL, realizada a título de créditos de PIS e COFINS, (e) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida.
- (ii) ICMS – Exportação: Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (iii) MP 470 parcelamento de débitos: A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pela empresa não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (iv) PIS/COFINS: Em 2012, a Companhia protocolou pedido de restituição de créditos de PIS/COFINS sobre combustíveis sob a alegação de que os valores cobrados no preço superam o valor do crédito efetivo. Ocorre que a Receita Federal não reconheceu o pedido de restituição e aplicou multa por entender indevido o pedido. A Companhia recorreu e obteve decisão favorável do CARF, sendo reavaliado como perda remota.
- (v) IRPJ/CSLL: Refere-se ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.
- (vi) Compensação com crédito prêmio: A Companhia transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003. Aguarda-se ajuizamento de Execução Fiscal (fase pré-judicial).

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cíveis ⁽ⁱ⁾	181.198	273.207
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	299.493	246.944
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	158.539	131.108
	<u>639.230</u>	<u>651.259</u>

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	<u>212.991</u>	<u>190.499</u>
	<u>212.991</u>	<u>190.499</u>

(i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

14 Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamento financeiro são:

	31/12/2016			31/12/2015	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
Pagamentos mínimos futuros	25.883	26.285	365	52.533	170.575
Material rodante	16.732	11.093	365	28.190	138.802
Terminal	5.168	10.640	-	15.808	21.705
Outros	3.983	4.552	-	8.535	10.068
Juros na parcela	(6.638)	(5.911)	(226)	(12.775)	(41.998)
Material rodante	(2.138)	(1.022)	(226)	(3.386)	(27.709)
Terminal	(3.679)	(4.111)	-	(7.790)	(12.232)
Outros	(821)	(778)	-	(1.599)	(2.057)
Valor presente dos pagamentos mínimos	19.245	20.374	139	39.758	128.577
Circulante				19.244	53.271
Não circulante				20.514	75.306

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Arrendamentos operacionais

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros		
	Menos de um ano	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Locomotivas	-	-	12.214
Vagões	1.116	1.116	970
Total	1.116	1.116	13.184

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

15 Arrendamentos e concessões

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valores a pagar:		
Arrendamento	42.582	39.158
Concessão	31.125	26.748
	<u>73.707</u>	<u>65.906</u>
Circulante	<u>24.379</u>	<u>20.205</u>
Não circulante	<u>49.328</u>	<u>45.701</u>

16 Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

Em 18 de Abril de 2016 foi efetuado um aumento de capital no montante de R\$ 777.054 por meio de integralização de AFAC. O capital social integralizado da Companhia Em 31 de Dezembro de 2016 é de R\$2.502.181 (R\$ 1.725.127 em 31 de dezembro de 2015) sendo assim constituído (em milhões de ações):

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ordinárias	2.648.420	1.073.867
Preferenciais	4.029.290	1.633.776
	<u>6.677.710</u>	<u>2.707.643</u>

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um compromisso de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui saldo de AFAC de R\$ 193.452 (R\$ 777.054 em 31 de dezembro de 2015).

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

17 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado dividindo o prejuízo líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. Não foram identificados itens com possíveis efeitos dilutivos, portanto, o lucro básico e diluídos são iguais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Básico e diluído

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício	(656.141)	(555.923)
Por ação ordinária	(260.229)	(220.482)
Por ação preferencial	(395.912)	(335.441)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	26.577.341.701	1.044.032.969
Média ponderada de número de ações preferenciais	40.434.621.089	1.588.386.002
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,000010)	(0,000211)
Por ação preferencial	(0,000010)	(0,000211)

18 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita bruta na venda de serviços	1.183.710	1.189.935
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(135.633)	(131.380)
Receita operacional líquida	<u>1.048.077</u>	<u>1.058.555</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 161.496 (R\$ 124.113 em 31 de dezembro de 2015) das receitas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas com transações com a ALL - Malha Paulista e Raízen Combustíveis) principalmente compostas por aluguel de terminal e serviços de fretes ferroviários.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

19 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Material de uso na prestação serviço	(36.693)	(56.151)
Mão de obra contratada	(158.103)	(102.552)
Despesas com pessoal	(255.310)	(205.883)
Despesas com transporte e elevação	(303.514)	(381.485)
Depreciação e amortização	(393.423)	(295.295)
Arrendamento e concessão	(94.280)	(89.595)
Arrendamento mercantil operacional	(20.054)	(22.342)
Outras despesas	(91.458)	(114.390)
	<u>(1.352.835)</u>	<u>(1.267.693)</u>

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(1.205.192)	(1.120.124)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(147.643)	(147.569)
	<u>(1.352.835)</u>	<u>(1.267.693)</u>

Durante o exercício de 2016, R\$ 253.563 (R\$ 217.149 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) das despesas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas por transações com a Raízen Combustíveis S.A.) principalmente relacionadas à compra de combustíveis, lubrificantes e serviços de transporte de contêiners.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

20 Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívidas	(188.099)	(141.546)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(3.912)	344
Perda com derivativos de dívidas	(267)	-
	<u>(192.278)</u>	<u>(141.202)</u>
Rendimento de aplicação financeira	<u>6.162</u>	<u>5.593</u>
	6.162	5.593
Custo da dívida, líquida	<u>(186.116)</u>	<u>(135.609)</u>
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	8.439	7.776
Arrendamento e concessão	(5.415)	(4.113)
Arrendamento mercantil	(35.501)	(20.953)
Despesas bancárias e outros	(39.836)	(25.657)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(48.082)	(29.908)
Outros encargos e variações monetárias	(19.411)	(24.232)
	<u>(139.806)</u>	<u>(97.087)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(325.922)</u>	<u>(232.696)</u>
Despesas financeiras	(338.144)	(247.289)
Receitas financeiras	14.601	13.369
Variação cambial, líquida	(2.112)	1.224
Derivativos	(267)	-
Resultado financeiro, líquido	<u>(325.922)</u>	<u>(232.696)</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$509 (R\$ 131 em 31 de dezembro de 2015) das receitas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas referentes aos juros sobre mútuos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$74.997 (R\$ 7.208 em 31 de dezembro de 2015) das despesas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas referentes aos juros sobre mútuos.

21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Constituição de provisão para demandas judiciais	(27.623)	(116.926)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(4.607)	13.713
Outras receitas (despesas) líquidas	6.610	(10.876)
	<u>(25.620)</u>	<u>(114.089)</u>

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

22 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos e valores mobiliários	66.361	27.380
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	188	201
Contas a receber de clientes	125.277	192.530
Recebíveis de partes relacionadas	-	10.572
Caixa restrito	38.753	30.447
	<u>164.218</u>	<u>233.750</u>
Total	<u>230.579</u>	<u>261.130</u>
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.341.684	1.208.681
Arrendamento mercantil	39.758	128.577
Fornecedores	177.299	211.008
Outros passivos financeiros	64.996	86.892
Pagáveis a partes relacionadas	1.198.758	457.563
Parcelamento de débitos - REFIS	16.573	17.419
Total	<u>2.839.068</u>	<u>2.110.140</u>

Durante o exercício, não houve reclassificação de instrumentos entre as categorias apresentadas acima.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos qual a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro derivativo mensurado ao valor justo.

(a) **Risco de crédito**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	188	201
Títulos e valores mobiliários (ii)	66.361	27.380
Caixa restrito (ii)	38.753	30.447
Contas a receber de clientes (i)	125.277	192.530
Recebíveis de partes relacionadas	-	10.572
	<u>230.579</u>	<u>261.130</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado, como demonstrado na nota 10, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2016</u>
AA-	105.302
Total	105.302

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(391.319)	(362.479)	(703.757)	(129.937)	(1.587.492)	(1.462.672)
Fornecedores	(177.299)	-	-	-	(177.299)	(211.008)
Outros passivos financeiros (i)	(64.996)	-	-	-	(64.996)	(86.892)
Parcelamento de débitos - REFIS	(5.385)	(5.385)	(5.743)	(60)	(16.573)	(22.025)
Arrendamento mercantil	(25.299)	(15.575)	(10.767)	-	(51.641)	(170.574)
Pagáveis a partes relacionadas	-	(1.198.758)	-	-	(1.198.758)	(457.563)
	<u>(664.298)</u>	<u>(1.582.197)</u>	<u>(720.267)</u>	<u>(129.997)</u>	<u>(3.096.759)</u>	<u>(2.410.734)</u>

Conforme mencionado na nota 1, a Administração vem trabalhando em medidas que permitam a Companhia honrar seus compromissos, e um dos pilares é a renegociação das dívidas vincendas entre 2016 e 2018, que alinhado ao aumento de capital realizado na controladora Rumo no mês de abril de 2016, trouxeram o devido respaldo financeiro para mitigar de forma adequada o risco de liquidez.

- (i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "*confirming*", "*forfaiting*" ou risco sacado e são considerados instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$64.996 (R\$86.892 em 31 de dezembro de 2015). Todas essas operações tiveram o Banco Itaú como contraparte, a uma taxa média de 15,96% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela política de gestão de riscos.

I. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamento a fornecedores	-	3.162
Fornecedores	-	(2.071)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>(86.140)</u>	<u>-</u>
Exposição cambial, líquida	<u>(86.140)</u>	<u>1.091</u>

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado Dólar EUA em 31 de dezembro de 2016. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

	<u>Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)</u>					
	<u>31/12/2016</u>	<u>Cenários</u>				
		<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
Em 31 de Dezembro de 2016	3,2462	3,3325	4,1656	4,9987	2,4994	1,6662

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

<u>Instrumento</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Cenários</u>				
		<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do USD	<u>(9.010)</u>	<u>(23.788)</u>	<u>(47.575)</u>	<u>23.788</u>	<u>47.575</u>
Impactos no resultado do período		<u>(9.010)</u>	<u>(23.788)</u>	<u>(47.575)</u>	<u>23.788</u>	<u>47.575</u>

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

II. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas e se utiliza de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (CDI e TJLP) e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2016				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e caixa restrito	14.507	3.627	7.253	(3.627)	(7.253)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(95.626)	(23.906)	(47.813)	23.906	47.813
Arrendamento mercantil	(3.649)	(912)	(1.824)	912	1.824
Impactos no resultado do período		(21.191)	(42.384)	21.191	42.384

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 14,06% a.a. e 7,5% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a BMF & BOVESPA.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Tais instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 10.

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2016, não existem quaisquer instrumentos financeiros contratados e contabilizados pelo valor justo. Demais instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

23 Eventos subsequentes

Em 2 de fevereiro de 2017, através de sua subsidiária, Rumo Luxembourg Sarl ("Rumo Luxembourg"), a controladora Rumo S.A. emitiu títulos de dívida no mercado internacional, Senior Notes due 2024 ("Notas 2024"), no valor total de US\$750.000, com vencimento em Fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente.

As Notas 2024 receberam classificação BB- pelas agências de rating Standard & Poor's e Fitch Ratings. A Rumo S.A. utilizará os recursos líquidos decorrentes desta captação para quitação antecipada de dívidas, como parte do processo de gestão da estrutura de capital da Companhia, tendo como um dos objetivos a diversificação das fontes de financiamento do plano de investimentos da Rumo S.A..